



SUMÁRIO EXECUTIVO

ESTUDO SOBRE METODOLOGIAS DE TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Brasília, julho de 2010

Sumário executivo

ESTUDO SOBRE METODOLOGIAS DE TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF

1. Apresentação

O “Estudo sobre metodologias de trabalho social com famílias no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)” foi desenvolvido por uma equipe de três consultoras: Maria Lúcia Miranda Afonso, consultora sênior que elaborou e coordenou o desenvolvimento da proposta, realizou a revisão bibliográfica e analisou as metodologias; e duas consultoras assistentes, Kellen Alves Gutierrez e Alice Dianezi Gambardella, que realizaram a pesquisa de campo. As consultoras foram contratadas por meio de Termo de Cooperação Técnica Internacional firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no âmbito do Projeto BRA/04/046 – Edital Nº 3/2009 - Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.

A pesquisa, realizada no período de julho de 2009 a julho de 2010, visou identificar e sistematizar as metodologias e experiências relevantes de trabalho social com famílias que estavam sendo adotadas no âmbito do PAIF e situá-las em marcos conceituais, técnicos e organizacionais. O estudo buscou compreender, também, os desafios enfrentados para o desenvolvimento desse serviço, bem como conhecer estratégias bem sucedidas que são adotadas para enfrentar as dificuldades no trabalho com famílias.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) consiste na oferta de trabalho social com famílias, no âmbito da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio de ações socioassistenciais de caráter continuado. Tem por objetivos “fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida”¹.

O público do PAIF é composto por famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos e de pertencimento social, em especial famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Essa priorização se explica pelo fato de que a pobreza é uma condição que

¹ *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. Resolução CIT nº 109 de 11 de novembro de 2009.

afeta sobremaneira, não apenas a exposição a situações de vulnerabilidade como também as possibilidades para o seu enfrentamento. O acesso ao serviço se dá por encaminhamentos da rede de serviços, por busca ativa efetuada pela equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no território ou por demanda espontânea.

Para realizar os seus objetivos, o PAIF desenvolve atividades em quatro eixos, articulados entre si, envolvendo atividades de acolhida, atividades com famílias, atividades coletivas/comunitárias e encaminhamentos à rede de serviços. É na articulação dessas atividades que se pode promover o acesso aos serviços públicos, desenvolver as potencialidades e propor estratégias para o enfrentamento das vulnerabilidades.

O trabalho social com famílias no âmbito do PAIF baseia-se no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores e crenças das famílias; no diálogo e combate a todas as formas de violência e discriminação. Nesse sentido, busca fortalecer a assistência social como direito de cidadania e trabalhar com as vulnerabilidades e potencialidades das famílias e das redes sociais. Portanto, suas metodologias devem favorecer a reflexão sobre a situação de vida das famílias, seus condicionantes socioeconômicos e culturais e as possíveis estratégias de superação de vulnerabilidades, levando em consideração a diversidade sociocultural.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo, desenvolvido a partir de revisão bibliográfica e de pesquisa de campo.

Na revisão bibliográfica e análise de metodologias de trabalho social com famílias, visando construir o referencial de análise para a pesquisa de campo e orientar a formulação das questões de pesquisa, foram analisados relatos de experiências de trabalho social com famílias, publicados ou publicizados em veículos da comunidade acadêmica e/ou profissional, no período de 2000 a 2009, na área da proteção social. Em seguida, foram estudadas experiências em áreas diversas como saúde, educação, direitos humanos e outras, visando discutir a importância do diálogo interdisciplinar no trabalho social com famílias no PAIF.

Na pesquisa de campo buscou-se analisar experiências implementadas pelos municípios no âmbito do PAIF, especialmente aquelas registradas em premiações nacionais sobre o tema ou em sítios de domínio público, além daquelas identificadas durante a pesquisa. Nesse sentido, foram selecionadas 16 experiências de trabalho social com famílias no PAIF, identificadas por meio de consulta a diversas fontes: Censo CRAS, Observatório do PBF e contatos com CRAS. A escolha das experiências atendeu aos seguintes critérios: (a) diversidade de contextos de implementação do PAIF, tais como: CRAS itinerante, população tradicional, população urbana e rural, municípios de diferentes portes populacionais localizados em diferentes

regiões do país; (b) locais que abrangessem diferentes tipos de experiências, tais como: diferentes atividades desenvolvidas no PAIF, diferentes vulnerabilidades, articulações intersetoriais, questões de etnia e gênero, entre outros.

Para a coleta de dados em campo foram realizadas entrevistas com gestores, coordenadores e técnicos dos CRAS; observação in loco de atividades; coleta de documentos e outros materiais.

3. Resultados

3.1 Revisão bibliográfica e análise de metodologias de trabalho social com famílias

Em sua maioria, as experiências publicadas nos documentos analisados reafirmam os objetivos e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e levantam a importância de condições estruturantes para o trabalho com famílias, tais como a intersetorialidade e a interdisciplinaridade. Com relação à interdisciplinaridade, foram analisadas possíveis contribuições da educação, da psicologia social, da psicologia clínica, da sociologia e do serviço social.

Dentre as metodologias encontradas nas diversas áreas de atuação, pode-se mencionar: a pedagogia da autonomia (Paulo Freire), pedagogia da problematização, intervenção psicossocial, pesquisa-ação, grupos operativos, oficinas de intervenção psicossocial, rodas de conversa, abordagem sistêmica, sociodrama, treinamento de habilidades sociais, clínica ampliada. Além disso, foram identificados instrumentais como fotografia, teatro, dinâmica de grupo, genograma, trabalho com redes, intervenção social, dentre outros.

As metodologias identificadas para estudo são as designadas “metodologias participativas” as quais têm, de alguma maneira, a proposição de trabalhar com a demanda dos usuários, realizar diagnósticos da realidade a ser trabalhada, promover a reflexão e a crítica, realizar com os usuários discussões que promovam o levantamento de questões, objetivos, estratégias e direções do trabalho social.

Dentre os principais desafios, foram apontados a necessidade de capacitação das equipes para o trabalho social com famílias, a superação de práticas que levam à culpabilização das famílias e a apropriação das metodologias de forma crítica no contexto da assistência social e do PAIF.

A partir dessa apropriação crítica, seria possível trabalhar em uma perspectiva pluralista – com a utilização de diversas metodologias – desde que articuladas em planos de ação coerentes com os objetivos do serviço.

3.2 A pesquisa de campo sobre experiências de trabalho social com famílias no âmbito do PAIF

No que diz respeito ao contexto, foram reafirmados na pesquisa de campo diversos fatores, considerados importantes para dar sustentabilidade ao trabalho social com famílias no PAIF, tais como: apoio material e financeiro; territorialização do serviço; instalações e equipamentos; articulação intersetorial e trabalho em rede.

Também foi apontada a necessidade de implantação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH), para dar estabilidade ao trabalho e oferecer capacitação para as equipes no que diz respeito ao trabalho social com famílias, pois a qualidade da equipe tem grande impacto para o serviço. Neste aspecto, torna-se importante aprofundar a questão da interdisciplinaridade no trabalho social com famílias.

Enfatizou-se a necessidade de embasar o trabalho social na realidade vivida pelas famílias e na escuta de suas demandas. O trabalho em comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganos) exige ainda o aprofundamento da compreensão da linguagem e da cultura.

A preocupação com as questões de etnia e de gênero aparece, por exemplo, quando se trata da prevenção da ruptura de vínculos, promoção da participação dos membros da família, promoção da igualdade racial, dentre outros aspectos.

Constatou-se também a necessidade de fortalecimento das entidades de controle social e o incentivo à participação dos usuários.

3.3 Metodologias que se destacaram em campo e sua correlação com as metodologias identificadas na revisão bibliográfica

O processo de acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade nos CRAS apresenta uma variedade de metodologias, descritas a seguir, em torno das atividades principais do PAIF. Em todos os CRAS visitados, o acolhimento dos usuários e as atividades grupais e coletivas estão articulados em um Plano de Ação para o acompanhamento de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. São priorizadas as famílias usuárias de programas da assistência social e/ou beneficiárias de programas de transferência de renda. A articulação do PAIF com o PBF facilita a organização das atividades, principalmente em torno do acompanhamento das famílias com dificuldades para cumprir as condicionalidades. Além disso, foram encontradas experiências de trabalho com vulnerabilidades diversas, tais como famílias com integrantes que apresentam alguma deficiência ou com jovens participantes do ProJovem Adolescente.

3.3.1. Atividades de acolhida dos usuários e sua inserção nos serviços da assistência social e encaminhamentos para a rede de serviços

O acolhimento dos usuários é realizado a partir do encaminhamento feito pela rede de serviços, da busca ativa e demanda espontânea. Os encaminhamentos têm expressiva contribuição dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que também ajudam a conhecer e construir vínculos com as famílias, principalmente em comunidades tradicionais. O contato com lideranças locais também tem ajudado no vínculo com as famílias. Para o cadastramento e a inserção na rede, além de entrevistas e visitas domiciliares, têm sido utilizados encontros comunitários nos territórios referenciados e discussão de casos na rede de serviços.

A partir das atividades de acolhida e do conhecimento sobre as famílias e o território onde elas vivem, torna-se possível planejar e executar atividades grupais e coletivas. O conhecimento sobre o território está, em diversos casos, relacionado à sistematização de dados obtidos no Cadastro Único para Programas Sociais (Cadastro Único) e outros cadastros, como o do PBF, do BPC e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Assim, há um processo interligado de consulta aos cadastros já existentes. Esses cadastros, aliados aos contatos feitos nos territórios e aos vínculos que são construídos entre as famílias e o serviço, facilitam o conhecimento da situação e das demandas das famílias. A oferta de atividades grupais e coletivas reflete acentuadamente esta dinâmica da atuação no PAIF.

Dentre as experiências encontradas, ressaltam-se aquelas que estão organizadas com a disponibilização dos cadastros das famílias para as equipes do CRAS (inclusive online) fornecendo uma base para o diagnóstico da situação das famílias e para o seu acompanhamento. Assim, as famílias são encaminhadas para atividades grupais e coletivas, conforme abaixo descritas.

3.3.2. Atividades grupais

As principais atividades grupais encontradas durante a pesquisa de campo foram:

- Grupos socioeducativos criados para o acompanhamento de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda. São grupos formados a partir de listagens retiradas de sistemas de informação, com priorização das famílias em descumprimento de condicionalidades. As experiências estudadas mostram a utilização de metodologias dinâmicas e participativas, com problematização de questões (pedagogia da autonomia, grupos multifamílias, rodas de conversa). Também foram encontradas formas pouco participativas e restritas ao repasse de informações. O trabalho em grupo é uma estratégia que pode ser adotada para conhecer as famílias bem como realizar os encaminhamentos que se fizerem necessários. Os participantes podem ser encaminhados para outras atividades distintas, como grupos de geração de renda ou de acompanhamento familiar.

- Grupos de acompanhamento para famílias com vulnerabilidades específicas. Em alguns municípios são formados a partir dos grupos socioeducativos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda. Em outros, envolvem tanto estas quanto famílias encaminhadas pela rede ou inseridas em outros serviços e programas. No trabalho com esses grupos são utilizadas metodologias dinâmicas e participativas, com grande abertura para trabalhar as questões trazidas pelos usuários, bem como construir com eles formas de enfrentamento ou de elaboração de suas dificuldades. Cita-se nesses casos o uso de dinâmica de grupo, rodas de conversa, arteterapia, dramatizações, dentre outras estratégias. Os procedimentos metodológicos se aproximam aos adotados nos seguintes campos do conhecimento: pedagogia da autonomia, pedagogia da problematização, intervenção psicossocial, pesquisa-ação, grupos operativos, oficina de intervenção psicossocial, grupos multifamílias, dentre outros. Esses grupos recebem denominações como: “grupo de convivência”, “grupo de desenvolvimento familiar”, “grupo de acompanhamento familiar” ou outros. Podem ter atividades artesanais que servem para mobilizar os participantes, mas não ligadas a objetivos de capacitação para o trabalho ou geração de renda. Os principais objetivos são: desenvolvimento de capacidades psicossociais, fortalecimento de vínculos, enfrentamento de vulnerabilidades e acompanhamento dessas vulnerabilidades de forma mais próxima ao usuário.
- Grupos (Oficinas) voltados para aprendizagem de habilidades técnicas e/ou produção de objetos para geração de renda. Neste aspecto, uma característica encontrada nos municípios foi a preocupação em implementar ações de inclusão produtiva.
- Além de cursos ou oficinas estritamente voltados para a aprendizagem de habilidades técnicas, foram encontrados grupos que mesclam essa aprendizagem técnica com estratégias diversas voltadas para a geração de renda. São grupos constituídos prioritariamente por beneficiários de transferência de renda ou outros serviços da assistência social. Em alguns CRAS, os grupos são realizados com adoção de metodologias tradicionais de repasse de informação e em condições pouco adequadas de espaço. Mas foram encontrados também grupos onde há uma mescla de aprendizagem e comunicação sobre temas de interesse dos beneficiários. Com frequência, foram encontrados casos onde havia incentivos à participação em formas coletivas de associativismo, encontros na comunidade, fóruns de participação, etc. Nesses casos, as metodologias se aproximam das Oficinas de intervenção psicossocial, grupo operativo e dos grupos multifamílias. Em alguns CRAS, esses grupos contam com o apoio de programas locais de inclusão produtiva ou de encaminhamento para o mercado de trabalho.

3.3.3. Atividades coletivas

As principais atividades coletivas desenvolvidas com a comunidade no território de abrangência do CRAS, encontradas durante a pesquisa de campo foram:

- Encontros comunitários, com a finalidade de mobilizar os usuários e viabilizar o contato da equipe técnica do CRAS com as famílias, realizar o cadastramento e a inserção na rede, principalmente no contexto das atividades itinerantes.
- Grupos de Mobilização Comunitária e outros grupos voltados para a participação dos usuários. São grupos constituídos por lideranças e outras pessoas da comunidade que estejam interessadas, não necessariamente inseridas em programas de transferência de renda, benefícios ou serviços da assistência social, mas moradoras ou atuantes no território referenciado. Funcionam como grupos operativos que se envolvem na discussão de problemas locais e nas formas de mobilização para o seu enfrentamento, inclusive com participação em instâncias e fóruns de controle social. Colaboram também na avaliação e planejamento das atividades do CRAS no território. São utilizadas metodologias similares à do grupo operativo ou desenvolvimento de comunidades.
- Criação de dispositivos para a promoção da participação dos usuários no território e em fóruns diversos ligados à proteção social básica, tais como os Conselhos Locais de Assistência Social, Conferências Municipais de Assistência Social e outros fóruns.
- Encontros festivos ou comemorativos para mobilização da comunidade, fortalecimento de vínculos comunitários, trabalho com identidade cultural, entre outros.

4. Considerações Finais

Nas experiências estudadas, foi possível perceber uma ampla adesão aos objetivos e às diretrizes da PNAS. Porém, em muitos casos, há necessidade de capacitação sobre o trabalho social com famílias no PAIF, sendo que as metodologias encontradas apresentam pontos positivos e limitações quanto aos objetivos do serviço.

O fortalecimento dos vínculos familiares e da função protetiva da família começa pelo apoio que obtém das políticas públicas e pelo acesso aos direitos de seus membros, segundo os direitos socioassistenciais e as seguranças básicas definidas na PNAS.

No caso da segurança de renda, o PAIF, na totalidade dos CRAS visitados, priorizava o trabalho social com as famílias inseridas em programas de transferência de renda e outros programas da assistência social, tais como os familiares de jovens participantes do Projovem Adolescente.

A articulação do PAIF com o PBF se revelou um eixo importante para a organização do trabalho social com famílias nos territórios, dada a necessidade de fazer o acompanhamento das famílias, principalmente daquelas que não estão cumprindo as condicionalidades. Foram encontradas metodologias bem elaboradas para se fazer esse acompanhamento, mesclando as atividades grupais com entrevistas e visitas domiciliares. Não obstante a importância desse eixo organizador, parece ser necessário, de acordo com as experiências levantadas, que o trabalho do PAIF com o fortalecimento de vínculos e a qualidade de vida não fique limitado ao acesso aos benefícios e à transferência de renda, alcançando maior visibilidade e materialidade no trabalho com famílias.

Nas experiências estudadas, a relação do trabalho do PAIF com a inclusão produtiva revelou dificuldades específicas. Em alguns casos, a oferta de cursos e oficinas era priorizada sem que a equipe conseguisse articular esta oferta com as demais dimensões do trabalho social com famílias. Porém, outros CRAS conseguiam fazer esta articulação e isso acontecia justamente quando possuíam trabalhos mais avançados de inclusão produtiva, no que diz respeito à organização e autogestão do grupo e sua articulação com o mercado de trabalho, com programas municipais de inclusão produtiva ou outros.

No caso de comunidades tradicionais, acrescenta-se ainda a questão da identidade cultural que é trabalhada, conforme algumas experiências encontradas, junto aos grupos de artesanato.

É importante assinalar que o desenvolvimento de ações de inclusão produtiva deve ser articulado ao conjunto de atividades do PAIF, de forma a preservar e ampliar os objetivos de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

No que diz respeito à segurança da acolhida, à inserção na rede e acesso aos direitos, os CRAS ainda têm enfrentado problemas principalmente relativos ao financiamento local, à integração da rede, à agilidade, à atualização das informações e ao acesso aos territórios no caso de comunidades tradicionais e ribeirinhas. O esforço das equipes em organizar estratégias para cumprir esse objetivo tem sido considerável, sendo que há preocupação não só de inserir, mas também de acompanhar efetivamente as famílias. Na pesquisa de campo, os entrevistados afirmaram que as metodologias encontradas para a realização da inserção das famílias no PAIF e na rede de serviços têm tido impacto positivo. Entre estas metodologias pode-se destacar: a articulação com a rede para recepção de casos; as entrevistas; a busca ativa através de visitas domiciliares; o atendimento e avaliação de demanda espontânea; os encontros coletivos e os mutirões com agentes de outras políticas, tais como Saúde, FUNAI, FUNASA e outros.

A segurança da convivência e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários envolvem a prevenção da ruptura desses vínculos. Entende-se que, de uma maneira geral, as atividades grupais e coletivas encontradas em campo

buscavam realizar esse objetivo. São as experiências de cunho mais participativo e dialógico que melhor conseguiam concretizá-lo a partir da escuta das demandas e das questões que os usuários traziam; da abertura para a escolha de temas e questões a serem discutidas; das orientações para o associativismo; do apoio que o grupo proporcionava ao trabalho de reflexão e de construção de autonomia, inclusive para estruturação de estratégias de enfrentamento de vulnerabilidades.

Tudo indica que o trabalho reflexivo nos grupos surte maior efeito quando associado a condições que lhe dão sustentabilidade, como o acesso à renda, o acesso à inclusão produtiva, a possibilidade de acompanhar o trabalho feito com os filhos no ProJovem Adolescente, a melhoria do cuidado com a pessoa com deficiência e assim por diante. Em primeiro lugar, porque o trabalho de reflexão não parte de concepções que culpabilizam a família pela sua condição de vulnerabilidade. Em segundo, porque oferece condições de elaborar e propor formas de enfrentamento dessas vulnerabilidades. Da mesma maneira, as atividades do serviço que promovem o acesso às seguranças básicas e à rede são potencializadas quando associadas a um trabalho de reflexão ou participação.

A dimensão de prevenção é ainda pouco explorada nos trabalhos com fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Entretanto, foram encontradas em campo experiências de trabalho com familiares de usuários dos serviços (crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência) voltadas para esse objetivo. Há relatos de efeitos positivos de grupos que buscaram refletir sobre vulnerabilidades ligadas às relações sociais de gênero, cor/raça e geração.

Observou-se também que o trabalho com famílias alcança maior impacto quando, nos CRAS, há incentivo à participação dos usuários em fóruns coletivos (Conselhos Locais de Assistência Social, Conferências Municipais e outros).

As comunidades tradicionais e ribeirinhas acrescentaram à pesquisa questões sobre o trabalho com a diversidade étnica e com diferentes grupos tradicionais. As metodologias participativas se mostraram adequadas a esse tipo de trabalho. Porém, é necessário compreender como abordar, com quem fazer contato, de que maneira se dirigir aos usuários, etc. Diferenças de valores e práticas relativos às famílias em um universo cultural próprio colocam desafios para a realização dos objetivos do serviço. Algumas metodologias mostraram que é possível trabalhar com a promoção dos direitos e dos vínculos de maneira respeitosa com a cultura desde que haja a possibilidade dos próprios usuários problematizarem as suas questões e construam formas de enfrentamento para as suas vulnerabilidades.

Finalmente, é possível dizer que o conjunto de experiências estudadas, mesmo considerando as diferenças entre os CRAS visitados, traz uma descrição bastante rica das possibilidades de metodologias de trabalho social com famílias no PAIF. Isto inclui estratégias do serviço social e também a apropriação, no contexto da política, de metodologias de trabalho com grupos e comunidades de outros campos de saber.

5. Recomendações

Na discussão da presente pesquisa, muitos foram os desafios percebidos para a implementação do serviço, especialmente no que diz respeito às alternativas de metodologias para o trabalho social com famílias no contexto da Proteção Social Básica e para realizar os objetivos do PAIF. A seguir são apresentadas algumas recomendações para o aperfeiçoamento do serviço:

- Muitos desafios metodológicos para o trabalho social com famílias no PAIF não estão diretamente relacionados à metodologia empregada, mas às condições para sua implementação, sendo necessário avançar na implementação do serviço e do SUAS como política pública baseada em direitos, de forma que o trabalho alcance uma maior realização;
- Necessidade de maior capacitação das equipes sobre os objetivos do PAIF e sobre possíveis metodologias de trabalho social com famílias, incluindo o trabalho com grupos e com comunidades tradicionais;
- Embora a articulação PBF-PAIF tenha se mostrado importante para a organização das ações com famílias, sugere-se melhorar a articulação entre a Proteção Social Básica e outras políticas como: segurança alimentar, políticas para jovens, igualdade racial, saúde, educação e outras. Isso criará novos eixos de atuação e permitirá maior investimento nos objetivos específicos do PAIF, trabalhados de maneira transversal dentro das possibilidades criadas pela intersectorialidade.
- Necessidade de maior articulação entre os diagnósticos dos territórios referenciados e as ações planejadas com as famílias. Isto implica em considerar as necessidades das famílias, a amplitude da cobertura, o atendimento a vulnerabilidades de grande parte da população e às vulnerabilidades específicas, o desenvolvimento de sistemas de informação, dentre outros aspectos;
- Aprofundar a discussão sobre o caráter interdisciplinar do atendimento a famílias no PAIF, dentro dos objetivos da Proteção Social Básica. Isto implica em discutir não apenas o papel do assistente social, do psicólogo, do pedagogo, do antropólogo, entre outros, mas principalmente implica em discutir o papel do serviço social, da psicologia, da educação, da antropologia, da sociologia, etc. Dessa maneira, indaga-se sobre qual a contribuição dos diferentes campos disciplinares para a assistência social e para o PAIF. Isto não é impeditivo de se pensar com cuidado na questão da formação e do processo de trabalho dos profissionais que atuam no SUAS e, mais especificamente, no PAIF;

- Ainda dentro da questão interdisciplinar, é importante compreender que a Proteção Social Básica e o PAIF não oferecem atendimento psicoterápico. No entanto, as contribuições da psicologia social e da psicologia clínica podem ser apropriadas criticamente dentro da PNAS e direcionadas à realização dos objetivos do PAIF. Esse é, sem dúvida, um desafio a se enfrentar dentro das metodologias de trabalho social com famílias, dada a sua natureza interdisciplinar. A indesejável “psicologização” da questão social aparece aqui como efeito ideológico calcado no assistencialismo. A adequada apropriação dos conhecimentos e dos instrumentais das diferentes disciplinas pode acontecer juntamente com a discussão dos projetos ético-políticos das áreas profissionais.
- Finalmente, vale ressaltar que a apropriação das metodologias de trabalho social com famílias no âmbito do PAIF deve ser feita de maneira crítica e adequada aos objetivos do serviço, vindo a contribuir para a construção do SUAS como um sistema baseado no respeito ao usuário e na defesa dos direitos.

Ficha Técnica

Execução da Pesquisa

Maria Lúcia Miranda Afonso (consultora sênior)
Kellen Alves Gutierrez (assistente de pesquisa)
Alice Dianezi Gambardella (assistente de pesquisa)

Unidades Responsáveis

Secretária de Avaliação e Gestão da Informação
Luziele Maria de Souza Tapajós

Diretora de Avaliação

Júnia Valéria Quiroga da Cunha

Coordenador-Geral de Resultados e Impacto

Fernando Batista Pereira

Equipe de acompanhamento da pesquisa

Helena Ferreira de Lima
Jomar Álace Santana
Maria Cristina Abreu M. Lima

Secretária Nacional de Assistência Social

Maria Luiza Amaral Rizzoti

Diretora de Proteção Social Básica

Aidê Cançado Almeida

Colaboradores

Priscilla Maia de Andrade
Edgar Magalhães

Edição e Diagramação deste Sumário Executivo

Revisão

Elizabete Ana Bonavigo
Júnia Valéria Quiroga da Cunha

Diagramação

Tarcísio Silva

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 323

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1509 | Fax: 3433-1529

www.mds.gov.br/sagi